



# Prefeitura do Município de Cajamar

ESTADO DE SÃO PAULO

LEI Nº 1.230

DE 07 DE DEZEMBRO DE 2006.

“Dispõe sobre autorização de convênio com entidades assistenciais no município de Cajamar, objetivando a descentralização das ações e serviços de assistência social e dá outras providências”.

**MESSIAS CÂNDIDO DA SILVA**, Prefeito do Município de Cajamar, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais faz saber que a Câmara Municipal aprovou, e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

**Art. 1º.** Fica o Chefe do Executivo autorizado a celebrar convênio com entidades assistenciais estabelecidas no Município de Cajamar.

**§ 1º** O convênio referido no “caput” deste artigo, poderá ser firmado no período de 02 de janeiro a 31 de dezembro de 2007 e terá vigência pelo período máximo de 01 (um) ano, contado a partir da data de assinatura do convênio.

**§ 2º** O presente convênio tem por objetivo a ação compartilhada, visando a transferência de recursos dos seguintes Fundos:

- I. Fundo Municipal de Assistência Social para a execução de programas de assistência social previstos no Plano Municipal de Assistência Social;
- II. Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente para a execução de projetos voltados ao atendimento da criança e do adolescente.

**§ 3º** A minuta de convênio em anexo é parte integrante e inseparável da presente lei.



# Prefeitura do Município de Cajamar

ESTADO DE SÃO PAULO

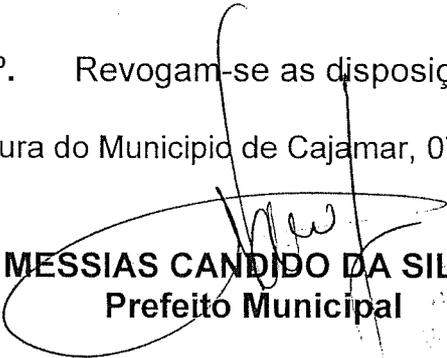
Lei nº 1.230/06-Fls. 02

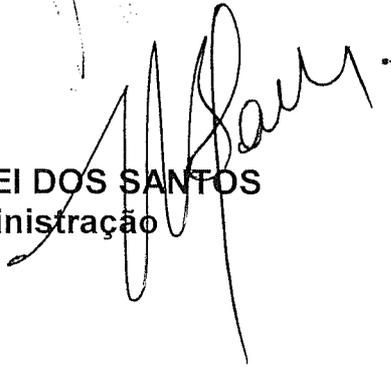
**Art. 2º.** As despesas decorrentes da execução da presente Lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessárias.

**Art. 3º.** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

**Art. 4º.** Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura do Município de Cajamar, 07 de dezembro de 2006.

  
**MESSIAS CANDIDO DA SILVA**  
Prefeito Municipal

  
**ROBERTO VANDERLEI DOS SANTOS**  
Diretor de Administração

Publicada e Registrada na Secretaria da Diretoria Municipal de Administração da Prefeitura do Município de Cajamar, aos sete dias do mês de dezembro do ano de dois mil e seis.



# Prefeitura do Município de Cajamar

ESTADO DE SÃO PAULO

Lei nº 1.230/06 – Fls. 03

## MINUTA

### CONVÊNIO Nº /2007

Termo de Convênio que entre si celebram a PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CAJAMAR e a \_\_\_\_\_, objetivando mútua cooperação para desenvolvimento dos programas assistenciais.

A **PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CAJAMAR**, com sede na cidade de Cajamar, na Praça José Rodrigues do Nascimento nº 30 – Centro – Cajamar/SP., inscrita no CNPJ/MF 46.523.023/0001-81, neste ato representada pelo Prefeito Municipal, Sr. \_\_\_\_\_, (nacionalidade, estado civil), portado da cédula de identidade sob RG nº \_\_\_\_\_ e do CPMF/MF sob nº \_\_\_\_\_, residente e domiciliado à Rua \_\_\_\_\_, nº \_\_\_\_\_, Bairro, Distrito de \_\_\_\_\_, Cajamar/SP., em exercício legal de suas funções, doravante designada simplesmente **PREFEITURA**, e a \_\_\_\_\_, entidade de assistência social sem fins lucrativos, com sede à (endereço) \_\_\_\_\_, Cajamar – SP., inscrita no CNPJ/MF sob nº \_\_\_\_\_, e devidamente inscrita no Conselho Municipal de Assistência Social, neste ato representada pelo seu Presidente, Sr. \_\_\_\_\_, (nacionalidade, estado civil), portado da cédula de identidade sob RG nº \_\_\_\_\_ e do CPMF/MF sob nº \_\_\_\_\_, residente e domiciliado à Rua \_\_\_\_\_, nº \_\_\_\_\_, Bairro, Distrito de \_\_\_\_\_, Cajamar/SP., doravante designada simplesmente **ENTIDADE**, celebram o presente convênio, que se regerá pela Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, com as alterações introduzidas pela Lei Federal nº 8.883, de 8 de junho de 1994, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas, com o objetivo de desenvolver os programas assistenciais à população local em situação de vulnerabilidade social.

### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Constitui objeto deste convênio o desenvolvimento, pelos partícipes de atividades destinadas à prestação de serviços assistenciais de natureza continuada que visem à melhoria de vida da população local, e cujas ações, voltadas para as necessidades de proteção social básica e especial, observadas os princípios, objetivos e diretrizes da LOAS e na conformidade da política nacional e municipal de assistência social, do Plano Municipal de Assistência Social e do Plano de Trabalho, bem como, a execução de projetos voltados ao atendimento integral de famílias, bem como de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social, que constitui parte integrante deste Convênio.



# Prefeitura do Município de Cajamar

ESTADO DE SÃO PAULO

Lei nº 1.230/06 – Fls. 04

## CLÁUSULA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES DA PREFEITURA

São obrigações da **PREFEITURA**:

- I. transferir os recursos financeiros consignados na Cláusula Quarta do presente Convênio, mediante repasses na conformidade do cronograma de desembolso estabelecido no Plano de Trabalho;
- II. dar conhecimento à **ENTIDADE** das normas programáticas e administrativas dos Programas Assistenciais de ação continuada – Serviços Assistenciais, objeto do TERMO DE RESPONSABILIDADE, celebrado entre a **PREFEITURA** e a Entidade, por intermédio da Diretoria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social.
- III. apoiar tecnicamente a **ENTIDADE** na execução das atividades objeto deste Convênio;
- IV. promover o treinamento dos recursos humanos necessários à execução do objeto conveniado pela entidade, em decorrência deste convênio sempre que necessário;
- V. supervisionar, acompanhar e avaliar, qualitativa e quantitativamente, os serviços prestados pela **ENTIDADE** em decorrência deste Convênio;
- VI. examinar e aprovar as prestações de contas dos recursos financeiros repassados à **ENTIDADE**;
- VII assinalar prazo para que a **ENTIDADE** adote as providências necessárias para o exato cumprimento das obrigações decorrentes deste Convênio, sempre que verificada alguma irregularidade, sem prejuízo da retenção das parcelas dos recursos financeiros, até o saneamento das impropriedades ocorrentes;
- VIII. comunicar aos Conselhos Municipais de Assistência Social e dos Direitos da Criança e do Adolescente as irregularidades verificadas e não sanadas pela **ENTIDADE** quanto à qualidade dos serviços prestados e quanto à aplicação dos recursos financeiros transferidos, para os fins no artigo 36 da LOAS;
- IX. notificar a Câmara Municipal e os Conselhos Municipais de Assistência Social e dos Direitos da Criança e do Adolescente da liberação de recursos financeiros relacionados a este Convênio;
- X. exigir da **ENTIDADE**, o cumprimento, da obrigação, a que se refere o inciso XI da cláusula terceira.



# Prefeitura do Município de Cajamar

ESTADO DE SÃO PAULO

Lei nº 1.230/06 – Fls. 05

## CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DA ENTIDADE

São obrigações da **ENTIDADE**:

- I. executar os serviços assistenciais de natureza continuada a que se refere a Cláusula Primeira, a quem deles necessitar, na conformidade do Plano de Trabalho e de projetos voltados à Criança e ao Adolescente;
- II. zelar pela manutenção dos padrões da qualidade dos serviços prestados, de acordo com as diretrizes técnicas e operacionais definidas pela **PREFEITURA** e aprovadas pelo Conselho Municipal de Assistência Social;
- III. proporcionar amplas e iguais condições de acesso à população abrangida pelos serviços assistenciais, sem discriminação de qualquer natureza;
- IV. manter recursos humanos e materiais e equipamentos sociais adequados e compatíveis com o atendimento dos serviços assistenciais que se obriga a prestar, com vistas ao alcance dos objetivos deste Convênio;
- V. aplicar integralmente os recursos financeiros repassados pela **PREFEITURA** na prestação dos serviços objeto deste convênio, conforme estabelecido na Cláusula Primeira;
- VI. apresentar, mensalmente, a **PREFEITURA**, o relatório das atividades desenvolvidas da aplicação dos recursos financeiros recebidos, bem como declaração quantitativa de atendimento mensal, assinada pelo representante da **ENTIDADE**, acompanhada da relação nominal dos atendidos;
- VII. prestar contas a **PREFEITURA**, nos moldes das instruções específicas do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, até 31 de janeiro do exercício subsequente, os recursos repassados durante o exercício anterior, e, se for o caso, até 30 (trinta) dias do término da vigência deste instrumento, ou de suas eventuais prorrogações, sob pena de ficar impedida de receber quaisquer outros recursos financeiros por parte da **PREFEITURA**;
- VIII. manter a contabilidade, os procedimentos contábeis e os registros estatísticos, bem como a relação nominal dos atendidos, atualizados e em boa ordem, sempre à disposição dos agentes públicos responsáveis pelo controle interno e externo e dos Conselhos Municipais de Assistência Social e dos Direitos da Criança e do Adolescente, de forma a garantir o acesso à informações da correta aplicação e utilização dos recursos financeiros recebidos;



# Prefeitura do Município de Cajamar

ESTADO DE SÃO PAULO

Lei nº 1.230/06 – Fls. 06

- IX. assegurar a **PREFEITURA** e aos Conselhos Municipais de Assistência Social e dos Direitos da Criança e do Adolescente as condições necessárias ao acompanhamento, supervisão, fiscalização e avaliação da execução e dos resultados dos serviços objeto deste Convênio;
- X. autorizar a afixação em suas dependências, em local de fácil visualização das informações e orientações sobre os serviços prestados e da participação do Governo Federal, Estadual e Municipal nos programas cujos recursos tenham origem nas disposições deste Convênio.
- XI. Assumir o compromisso perante a **PREFEITURA**, quanto a atenção, em especial, no atendimento, aos munícipes cajamarenses.

## CLÁUSULA QUARTA – DO VALOR

O valor total estimado do presente Convênio é de R\$ \_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_), pagos em \_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_) parcelas mensais, no valor de R\$ \_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_), cuja despesa correrá à conta da dotação orçamentária nº \_\_\_\_\_.

## CLÁUSULA QUINTA – DA LIBERAÇÃO DOS RECURSOS FINANCEIROS

- I. A **PREFEITURA** efetuará repasses de recursos financeiros à **ENTIDADE**, na conformidade da Lei Municipal nº \_\_\_\_, e de acordo com o cronograma de desembolso estabelecido no Plano de Trabalho, observado o § 3º do artigo 116 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, com as alterações introduzidas pela Lei Federal nº 8.883, de 8 de junho de 1994.
- II. Os recursos serão transferidos na forma de repasses mensais mediante a aprovação da aplicação dos recursos financeiros anteriormente recebidos.

## CLAÚSULA SEXTA – DA VIGÊNCIA

O prazo da vigência deste Convênio é de \_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_) meses, contados a partir de sua assinatura.

**Parágrafo Único.** O prazo de vigência poderá ser prorrogado respeitando o limite estabelecido no § 1º do artigo 1º da Lei Municipal nº \_\_\_\_\_, a critério das partes, mediante termo aditivo.

## CLÁUSULA SÉTIMA – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

A **ENTIDADE** prestará contas a **PREFEITURA**, da seguinte forma:



# Prefeitura do Município de Cajamar

ESTADO DE SÃO PAULO

Lei nº 1.230/06 – Fls. 07

- I. prestação de contas, parcial, mediante apresentação mensal de relatório das atividades desenvolvidas e da aplicação dos recursos financeiros recebidos no mês anterior, bem como de declaração quantitativa de atendimento nesse período, assinada pelo representante da **ENTIDADE**;
- II. prestação de contas semestral, nos moldes de instruções específicas do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, até 31 de julho do mesmo exercício, dos recursos repassados durante os meses anteriores, sem prejuízo no disposto do inciso I desta cláusula;
- III. prestação de contas anual, nos moldes de instruções específicas do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, até 31 de janeiro do exercício subsequente, dos recursos repassados durante o exercício anterior, sem prejuízo no disposto do inciso I desta cláusula;
- IV. prestação de contas global, até 30 (trinta) dias após o recebimento da última parcela relativa ao período de vigência deste Convênio, sem prejuízo das prestações de contas parcial mensal, semestral e anual previstas nos incisos anteriores desta Cláusula, constituída do relatório de cumprimento do objeto e acompanhada dos seguintes documentos:
  - a) relatório consolidado de dados quantitativos dos atendimentos mensais e de informações relacionadas as ações que demonstrem o cumprimento das metas de qualidade definidas no Plano de Trabalho;
  - b) relatório de execução físico-financeira;
  - c) relação de pagamentos efetuados com recursos repassados objeto de convênio;
  - d) cópia dos extratos da conta bancária específica;
  - e) comprovante de recolhimento dos recursos não aplicados, quando houver, na conta bancária indicada pela **PREFEITURA**.

## CLÁUSULA OITAVA – DO CONTROLE E DA FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO DO CONVÊNIO

O controle e a fiscalização da execução do presente ajuste ficarão sob encargo do órgão municipal responsável pela execução da política de assistência social e dos Conselhos Municipais de Assistência Social e dos Direitos da Criança e do Adolescente.



# Prefeitura do Município de Cajamar

ESTADO DE SÃO PAULO

Lei nº 1.230/06 – Fls. 08

## CLÁUSULA NONA – DA RESTITUIÇÃO

A ENTIDADE compromete-se a restituir, no prazo de 30 (trinta) dias, os valores repassados pela PREFEITURA, atualizados pelos índices de correção \_\_\_\_\_, a partir da data de seu recebimento, nas seguintes hipóteses:

- I. inexecução do objeto deste convênio;
- II. não apresentação do relatório de execução físico-financeira;
- III. utilização dos recursos financeiros em finalidade diversa da estabelecida.

## CLÁUSULA DÉCIMA – DA RESCISÃO E DA RENÚNCIA

Este Convênio poderá, a qualquer tempo e por iniciativa de qualquer dos partícipes, ser denunciado mediante notificação prévia de 30 (trinta) dias, ressalvada a hipótese de rescisão por descumprimento de suas cláusulas ou por infração legal. Em qualquer caso, responderá pelas obrigações assumidas, até a data do rompimento do acordo.

## CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS ALTERAÇÕES

Este Convênio poderá ser aditado, por acordo entre os partícipes, para prorrogação do prazo de vigência ou suplementação de seu valor.

## CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA PUBLICAÇÃO

A eficácia deste Convênio condicionada a publicação do respectivo extrato no órgão de imprensa oficial do Estado, após a data de sua assinatura, contendo os seguintes elementos:

- I. espécie, número do instrumento, nome e CNPJ/CPF dos partícipes e dos signatários;
- II. resumo do objeto;
- III. crédito pelo qual ocorrerá a despesa e número, data e valor da Nota de Empenho;
- IV. prazo de vigência e data de assinatura.



# Prefeitura do Município de Cajamar

ESTADO DE SÃO PAULO

Lei nº 1.230/06 – Fls. 09

## CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO FORO

Fica eleito o Foro Distrital de Cajamar – comarca de Jundiaí, para dirimir quaisquer questões resultantes da execução deste Convênio.

E por estarem de acordo com as Cláusulas e condições ajustadas, firmam o presente termo de convênio em 03 (três) vias de igual teor, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Prefeitura do Município de Cajamar, ..... de ..... de .....

**Prefeitura Municipal de Cajamar**

\_\_\_\_\_  
**Prefeito Municipal**

**ENTIDADE**

\_\_\_\_\_  
**Presidente**

**TESTEMUNHAS:**

1- \_\_\_\_\_  
RG nº  
CPF nº

2- \_\_\_\_\_  
RG nº  
CPF nº